

COMPREENDENDO AS EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR

UNDERSTANDING THE EXPERIENCES OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN HIGHER EDUCATION

Maria Adelaide Pessini*
Renata Ortiz da Silva**
Vinicius Oliveira Silva***

PESSINI, M. A.; SILVA, R. O.; SILVA, V. O. Compreendendo as experiências dos alunos com necessidades especiais no ensino superior. **Akrópolis**, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 19-24, jan./jun. 2007.

*Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela PUC/RS.

Endereço para correspondência: Avenida Apucarana, 4385 – Edifício Império do Sol – Apto 22B – 87.501-230 – Centro. Umuarama-PR. Email: pessini@unipar.br

**Discente do 4º ano de Psicologia pela UNIPAR – Universidade Paranaense.

Endereço para correspondência: Rua Anhumai, 2445 – Jardim Tropical – 87.503-050. Umuarama-PR. Email: renatinhaortiz@bol.com.br e/ou renatinhaortiz@gmail.com

***Discente do 5º ano de Enfermagem pela UNIPAR – Universidade Paranaense.

Endereço para correspondência: Avenida Paraná, 4451 – Centro. Edifício Ana Terra – apto 601 – 87.502-000 – Umuarama-PR. Email: vinnylegal@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo investiga o problema da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (PNEEs) no ensino universitário, em uma instituição particular. Participaram da pesquisa cinco PNEEs, sendo três com deficiência física e duas auditiva. Utiliza-se como instrumento para a coleta de dados, a entrevista semi-estruturada e, para a análise, a metodologia de Bardin (Análise de Conteúdo). Na análise, são apontadas três categorias: dificuldades arquitetônicas/estruturais, relação professor x aluno, atitudes dos que compõem a comunidade acadêmica. Os resultados da pesquisa revelam que as PNEEs enfrentam muito mais dificuldades relacionadas aos aspectos psicopedagógicos e psicossociais do que aos ambientais/estruturais. O estudo revela um perfil de necessidades e expectativas das PNEEs que pode subsidiar a implementação de ações na universidade, minimizando suas dificuldades, promovendo a universidade para um maior compromisso com essas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com necessidades educacionais especiais. Universidade. Inclusão.

ABSTRACT: This study investigates the problem of inclusion of people with special educational needs (PSENs) into the university degree in a private institution. Five PSENs participated in the research, three with physical disability and two with hearing disability. The data collection was based on a semi-structured interview and Bardin methodology (Content Analysis) were used. Three categories are pointed out in the analysis: architectural/structural difficulties, teacher-student relations, attitudes of those who compose the academic community. The results of the research show that the PSENs face many more difficulties related to psychoeducational and psychosocial aspects rather than environmental/structural aspects. The study reveals a profile of PSENs' needs and expectations which can subsidize the implementation of actions in the university, minimizing their difficulties as well as promoting it to a greater commitment regarding these people.

KEYWORDS: People with special educational needs; University; Inclusion.

Recebido em abril/2007
Aceito em junho/2007

INTRODUÇÃO

A partir de março de 2000, os cursos superiores passaram a ser avaliados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) também de acordo com a infra-estrutura que oferecem aos portadores de deficiências. De acordo com a portaria publicada no Diário Oficial da União, em Dezembro/99, nenhum curso será fechado, mas uma infra-estrutura insatisfatória rebaixará o conceito da universidade, repercutindo diretamente no critério de condições de oferta de curso.

Os levantamentos estatísticos não têm contemplado o atendimento educacional das pessoas com necessidades educativas especiais (PNEEs), dificultando a exposição de dados sobre o número de alunos que ingressam no ensino superior e chegam a concluí-lo.

Na atualidade, algumas universidades no Brasil têm se preocupado com a inclusão das PNEEs no ensino superior: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de Brasília (UNB), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO). A adequação das universidades não favorece somente a inclusão, mas, acima de tudo, a integração dos acadêmicos deficientes no ensino superior, garantido-lhes o direito à cidadania e as condições necessárias para que possam receber uma educação adequada.

Segundo BARROCO (2003), a inclusão é de uma proposta para que a sociedade tenha respeito pela diversidade em nosso meio, entre elas as necessidades educativas especiais. A inclusão propõe que as instituições de ensino se preparem para receber essas pessoas desde o início de sua vida escolar. Uma das dificuldades encontradas para colocar em prática essa inclusão está ligada ao preconceito e à falta de conhecimento que a população em geral tem sobre a diversidade, e sobre as maneiras de se realizar a inclusão, levando muitas vezes a realizar a inclusão perversa.

Para WERNECK (1997), inclusão não é integração. São dois sistemas organizacionais de ensino que têm origem no princípio de normalização. Normalizar não significa tornar uma pessoa normal e sim dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas no contexto onde seja inserida. Na educação, significa oferecer, aos portadores de necessidades educativas especiais, recursos profissionais e institucionais

adequados para o desenvolvimento de seu potencial como estudantes.

A mesma autora refere-se ao processo de inclusão através do sistema cascata. Nele, todos os alunos têm direito de entrar na corrente principal e transitar por ela. Podem tanto descer ou subir na cascata, em função de suas necessidades específicas. Nesse sistema, a inserção do portador de necessidades educativas especiais na classe regular vai desde o acesso a recursos materiais especializados ou humanos ao ensino em domicílio em casos mais graves. No entanto, esse processo de integração através do sistema tende para a segregação.

O processo de inclusão (ou inserção) se dá pelo sistema caleidoscópico. Nesse sistema, não existe uma diversificação de atendimento. A pessoa portadora de necessidades educativas especiais entra na escola, na turma comum do ensino regular, e lá fica. Cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades específicas de cada aluno. Nesse sistema, a inclusão não admite diversificação pela segregação. Buscam-se soluções sem segregar os alunos. Tende para uma especialização do ensino para todos.

Para MAZZOTTA (1998), inclusão e integração são processos essenciais à vida humana ou à vida em sociedade. Há duas vias de análise quando se abordam os temas da inclusão e integração escolar. Uma delas se dá pela visão estática ou dicotômica, em que educandos são percebidos como comuns ou “especiais” (diferentes, deficientes, anormais, etc.). Nessa visão, a educação escolar é caracterizada como comum ou especial, visualizando-se aí uma correspondência necessária entre alunos comuns e escolas comuns, de um lado e, de outro, alunos “especiais” e escolas ou classes especiais. A outra se dá pela visão dinâmica ou por unidade, em que cada educando, na relação concreta com a educação escolar, pode demandar uma situação de ensino-aprendizagem comum, especial, uma situação combinada (comum e especial) ou, ainda, uma situação compreensiva (inclusiva).

O autor defende a visão dinâmica, base do princípio da não segregação, que possibilita a melhor compreensão da relação entre o educando e a educação escolar e comporta a organização de situações de ensino-aprendizagem mais condizentes com as necessidades educacionais a atender.

Numa educação baseada no princípio da não segregação ou da inclusão de todos, é preciso que se entenda que a inclusão e integração não se concretizam pela simples extinção dos serviços

ou auxílios especiais de educação. Há alunos que necessitam desses recursos no seu processo de inclusão e integração; no entanto, há outros em que esses recursos são dispensáveis.

“A inclusão, portanto, requer uma revolução de paradigmas. Não significa apenas colocar pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar, a classe regular. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa, ademais, rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação. Logicamente, isso exige uma reviravolta estrutural na sociedade, como um todo.” (KAFROUNI & PAN, 2001, 33 p).

Segundo AMARAL (1999), a educação é um meio para que as pessoas comecem a enxergar o mundo de forma diferenciada e, com uma base educacional, possam estabelecer seus objetivos e pensamentos sobre si mesmo, criando sua própria emancipação, autonomia e participação, que juntas formam o tripé sobre o qual se assenta a cidadania. Por isso se torna tão importante refletirmos sempre sobre educação e inclusão, para que a educação seja sempre acessível a todos.

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da

deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência. (AMIRALIAN et al., 2000, 98 p)

De acordo com MAZZONI et al. (2001), para a admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais é preciso:

Deficiência visual: textos ampliados, lupas ou outros recursos óticos especiais, dependendo da visão (subnormal ou reduzida). Fazer uso de recursos ou equipamentos específicos para cegos, como provas orais, gravadas e/ou em Braille, sorobã, máquina de datilografia comum ou Perkins/Braille, ou diversas ferramentas que se adaptem às necessidades do deficiente visual, como sistemas de leitura de texto digital com saída de voz.

Deficiência física: adaptação de espaço físico, mobiliários e equipamentos. Realizar provas orais gravadas, computadores ou outros recursos.

Deficiência auditiva: presença de intérpretes de língua de sinais para viabilizar a compreensão dos comandos da prova pelo surdo.

OBJETIVOS

Geral

Compreender o processo de inclusão/exclusão vivenciados pelos alunos com necessidades especiais no ensino superior.

Específicos

Conhecer as dificuldades que os alunos com necessidades especiais percebem no seu cotidiano universitário;

Analisar as estratégias utilizadas pelos alunos com necessidades especiais para fazer frente as suas dificuldades;

Verificar quais são as propostas dos alunos com necessidades especiais para favorecer o processo de inclusão.

METODOLOGIA

Participaram desta pesquisa cinco alunos com necessidades especiais (deficientes físicos e auditivos), da Universidade Paranaense – UNIPAR campus sede na cidade de Umuarama – PR, sendo um do curso de Nutrição, dois de Farmácia, um de Serviço Social e uma de Educação Física. Três com deficiência física e dois com deficiência auditiva. Constituiu-se critério para a seleção da amostra a ser pesquisada: o aluno estar há pelo menos um ano na Universidade, ou seja, estar cursando a segunda série, mas sua participação foi voluntária.

Utilizou-se, como instrumento para coleta de dados, de entrevista semidirigida, contendo quatro perguntas sobre as experiências dos alunos na Universidade, suas percepções do processo de inclusão, suas vivências significativas no cotidiano universitário e suas necessidades emergentes como meio de facilitação do processo de inclusão.

Após a emissão do parecer do Comitê de Ética da Universidade Paranaense, autorizando a realização da pesquisa, foi feito um contato pessoal com os participantes da pesquisa para expor os seus objetivos, bem como apresentar o termo de consentimento. Em seguida realizou-se a entrevista piloto com o objetivo de validar o instrumento a ser utilizado. As entrevistas foram realizadas em sala reservada na UNIPAR, com duração média de 60 a 90 minutos, gravadas com autorização dos participantes.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas literalmente e analisadas seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (1998). Para esta autora, a análise se dá por categorias.

RESULTADOS

Independentemente do tipo de deficiência, pode-se perceber que os alunos com necessidades educacionais especiais aspiram ao acesso ao ensino superior, pois, para estes, esta aspiração está diretamente relacionada ao seu projeto de vida e de carreira. Ou seja: ter uma profissão, podendo trabalhar no que gosta e assim ter condições de sobrevivência, sem ter que esperar somente pelo outro (ajuda dos pais, ou do governo, para se manter). Como sabemos o trabalho é uma necessidade para conseguir se manter e obter os benefícios desejados.

Isso pode ser observado na fala do entrevistado 1:

“No vestibular eu fiquei com as expectativas de que tudo seria muito fácil. Eu pensei isso comigo: foi uma felicidade eu ter sido aprovado.”

Neste âmbito, os entrevistados diziam que ficaram muitos “felizes” quando tomaram conhecimento de sua aprovação no concurso vestibular, pois viam naquele momento, uma expectativa de uma vida melhor, em que pudessem trabalhar e realizar a profissão de que gostam. Entre os resultados obtidos nesta pesquisa podemos elencar alguns, como a falta de manejo do corpo docente. Essa falta de manejo acontece, segundo os entrevistados, pelo déficit

que se encontra na graduação e especialização do corpo docente, sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, levando a atitudes reprováveis, em sala de aula, para com estes alunos.

Uma outra dificuldade encontrada pelas pessoas com deficiência auditiva é a dificuldade de entender o professor pela leitura labial, principalmente em disciplinas em que não se pode usar o aparelho, pontuando ainda que são disciplinas que não lhe oferecerão opções de trabalho, uma vez que sua condição física não lhe permitiria, mas mesmo assim é obrigado a fazer a disciplina, pois está na grade do curso.

As falas dos entrevistados 2 e 4 ilustram o que foi descrito acima:

“Eu estava fazendo a prova com a folha sobre o caderno, daí o professor vê que eu tinha feito e tinha terminado a prova com o caderno embaixo, daí ele começa a reclamar que vai me dar zero, me ameaça de contar para a diretoria que eu tinha feito a prova com o caderno embaixo da prova.”

“A minha dificuldade auditiva dificulta entender as coisas. Há aulas que acontecem na piscina e fica difícil, eu não consigo entender, pois estou sem aparelho.”

Os entrevistados alegam que entre as dificuldades nessa relação estão o pouco tempo para a realização das provas e a falta de entendimento das necessidades dos alunos, como a dificuldade na interpretação da prova, visto que não entendem algumas colocações.

Dentre os resultados obtidos, percebemos que o fracasso escolar contínuo leva-os à tentativa de desistência, ou seja a abandonar os estudos.

Podemos observar na fala do entrevistado 1:

“Fiz vestibular em 2004, daí eu tive uma experiência muito forte em relação não com o problema auditivo, mas em relação à ansiedade frente ao que tinha que enfrentar na minha vida universitária, eu já estava desistindo de tudo por causa dessa ansiedade, eu achava que não ia agüentar ficar cinco anos na universidade.”

Entre os resultados ainda se encontram as dificuldades de caráter arquitetônico, com muitas escadas e banheiros inadequados, o que dificulta o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais em vários ambientes necessários para sua formação.

As falas dos entrevistados 2 e 3 ilustram o que foi descrito:

“O único problema, é que assim onde tinha a minha sala de aula o banheiro mais perto não tem possibilidade, entendeu? Não é adaptado, então eu teria que dar uma volta enorme para ir até outro banheiro adaptado. Sendo que estes precisam ser arrumados, pois eu mesma não consigo entrar no banheiro com minha cadeira de rodas só na porta, mas não lá, sabe? Porque os espaços são pequenos.”

“O começo na Unipar foi ruim, porque tinha bastante escada, pra chegar aos laboratórios, e se eu fosse fugir das escadas eu daria uma volta muito grande.”

A relação humana também é apontada como difícil dentro da universidade para os portadores de necessidades educacionais especiais, uma vez que as pessoas têm um certo medo de se aproximar e, quando o fazem, é por curiosidade, olhando-os de forma diferente, como seres que não merecem estar ali e muitas vezes aplicando-lhes apelidos desagradáveis.

É o que podemos observar nas falas dos entrevistados 3 e 5:

“Meus amigos na faculdade tudo normal, tinha aquele receio sim, sabe, de falar: esse manquitola, o que ele tá fazendo aqui?”

“Tem alguns olhares, algumas coisa que a gente percebe no ar, né? Tem pessoas que não sabem como tratar os deficientes, entendeu? Ficam ajudando, por falta de conhecimento, então assim acaba tratando a gente como especial, e a gente não é especial, a gente é normal, entendeu?”

DISCUSSÃO

Segundo MACIEL (2000), dependendo da deficiência pode-se gerar uma forma de comportamento ou diferentes tipos de reações, preconceitos e inquietações em determinadas pessoas. A deficiência física chama a atenção mais facilmente, por ter maior visibilidade. Já a deficiência auditiva é pouco percebida inicialmente pelas pessoas, mas causa mais estresse, à medida que se toma consciência de sua realidade.

A falta de informação da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O

estigma da deficiência é muito grande, dando a idéia de que as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas são incapazes, indefesas, sem direitos, sempre deixadas para o segundo lugar na ordem das coisas. Torna-se necessário muito esforço para superar este estigma nos dias de hoje.

“Cabe à universidade a função de buscar estabelecer uma ponte entre as necessidades da sociedade e a atuação dos educadores. Nesse sentido, a análise do contexto sócio-histórico da educação no país pode ser um importante passo para que se esboce uma compreensão dos processos inerentes ao distanciamento entre a realidade idealizada pelas políticas educacionais e a vivida na prática e no espaço educacional do país”. (SHIMIZU et al, 2006, 168 p).

De acordo com SALVI (2006), na estratégia de se construir ambientes inclusivos nas instituições educacionais, novas reflexões devem ser realizadas, para se definirem estratégias de ação, participação e organização do ensino, garantindo e melhorando o atendimento às PNEEs (Pessoas com necessidades educacionais especiais), combatendo a discriminação e fornecendo exemplos para que se construa uma sociedade inclusiva, na qual as oportunidades sociais sejam garantidas a todos os cidadãos. E essa estratégia não significa normalizar as PNEEs no contexto educacional, mas de buscar, em teorias de aprendizagem, informações e conceitos necessários para a intervenção pedagógica adequada, que possibilite adaptar estratégias educacionais que tragam novas possibilidades de organização e assimilação do conhecimento, que atendam às reais necessidades de todos os professores. Embora não existam informações e teorias prontas, cada professor deve desenvolver, com profissionais especializados, pais e alunos, uma estratégia necessária para intervir na aprendizagem das PNEEs.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. Alguns apontamentos para reflexões/discussão sobre: diferença / deficiência / necessidades educacionais especiais. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 8, n. 47, p.17-23, 1999.
- AMIRALIAN, M. L. T. et al. Conceituando deficiência. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 nov. 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1998. 70 p.

BARROCO, S. M. S. Educação inclusiva e prática social excludente: reflexões necessárias. In: JORNADA INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA SOCIAL, 7., 3., 2003, Umuarama. **Anais...** Umuarama, 2003. v. 1, 111-113, p. 2003.

KAFROUNI, R.; PAN, M. A. G. de S. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **Interação**, Curitiba, v. 5, p. 31-46, 2001.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec. São Paulo, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

MAZZONI, A. A. Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. **Acta Scientiarum**, v. 23, n. 1, p. 121-126, 2001.

MAZZOTA, M. J. S. Inclusão e integração ou chaves da vida humana. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu, **Anais...** Foz do Iguaçu, 1998.

SALVI, I. **A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional**. ICPG: Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev01-02.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2006.

SHIMIZU, A. de M.; CORDEIRO, A. P.; MENIN, M. S. de S. **Ética, preconceito e educação**: características das publicações em periódicos nacionais de educação, filosofia e psicologia entre 1970 e 2003. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, 2006.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 285 p.